



“DESCONFIEM DE TUDO QUE VEM DO RIO DE JANEIRO”:

CENTRALISTAS E AUTONOMISTAS NA PARAÍBA NO ANO DE 1824

Serioja R. C. Mariano (DH/PPGH/UFPB)

Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”

Seriojam2@hotmail.com

RESUMO

O artigo discute como, de forma centralizadora, a organização do Estado nacional gerou grandes choques entre as lideranças nacionais e locais, bem como a continuidade da mudança do eixo econômico do Norte para Sul, o que implicava uma perda de poder as elites locais do Norte, notadamente na Paraíba, que se sentiam desprestigiadas com as ações do governo do Rio de Janeiro. O ano de 1824 foi representativo para um melhor entendimento das tensões que existiam no cenário da política, principalmente com a nomeação de um presidente de fora para assumir o governo local e com as repercussões do fechamento da Constituinte em 1823, que limitava as possibilidades de participarem das decisões do governo central, o que explica, de certa forma, a reação contrária das Câmaras das vilas da Paraíba às leis que vinham do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Centralismo, autonomia, Paraíba.

ABSTRACT

The article discusses how, in a centralized way, the organization of the national state has made big clashes between the national and local leaders. Centrally, the organization of the national state has made big clashes between the national and local leaders as well as the continuing shift of economic hub of the North to South, which meant a loss of power of local elites of the North. Notably in

Paraíba they felt discredited with the actions of the government of Rio de Janeiro. 1824 was significant year for a better understanding of the tensions that existed in the political scenario, especially with the appointment of a president to take away local government and the repercussions of the closure of the Constituent Assembly in 1823, which limited the possibilities of participating decisions of central government, which explains to some extent, the backlash of the Chambers of the villages of Paraíba to laws which came from Rio de Janeiro.

Keywords: Centralism, Autonomy, Paraíba.

Soldados companheiros, e Amigos, (...) se vós unidos comigo, e com estes Companheiros Officiaes, vos não opposerdes à **torrente impetuosa das desgraças, com o que o Ministério do Rio nos quer acabrunhar, illudindo o nosso Imperador,** e atraçoando o seu bello Coração para o sinistro **fim, de unir outra vez o nosso Brazil, ao maldito Portugal, nosso cruelíssimo inimigo** (CAVALCANTI, 1925: 113)⁶¹.

⁶¹ Proclamação lançada aos soldados da província por Manoel Virgínio da Silva, Tenente do Batalhão de Caçadores da Paraíba, em 1824. Para maiores esclarecimentos ver CAVALCANTI, Alcides Bezerra (Dir.). "A Parahyba na Confederação do Equador". *Publicações do Arquivo Nacional/ Documentos Históricas (PANDH)* v. XXIII. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Arquivo Nacional, 1925:113. Grifos meus.

O texto acima apresenta, a partir do olhar de um militar, a situação da Província da Paraíba após o fechamento da Assembléia Constituinte de 1823. O discurso é parte de uma proclamação enviada, por um tenente, aos “soldados e companheiros”, alertando para o perigo que a *Pátria local* estava correndo. Um risco representado pelo “despotismo” que se instalara no Rio de Janeiro, percebendo-se no grupo que assumira o Ministério, seu principal vilão. Um perigo eminente, segundo o oficial, seria “(...) *agrilhoar aos duros ferros da escravidão dos malvados Europeos* (...)”, ou seja, o despotismo seria representado pelos “malvados” portugueses⁶². Portanto, neste artigo pretendo discutir o temor que se instalara na Paraíba, na década de 1820, a partir das medidas adotadas pelo Imperador, a exemplo da nomeação de um presidente de província, entre outras medidas consideradas por uma parcela dos políticos locais como sendo arbitrárias e centralistas.

Na província da Paraíba, assim como outras províncias do Norte, a oposição ao centralismo do Rio de Janeiro contava com o apoio de proprietários rurais, comerciantes, militares, padres, e alguns profissionais liberais, tais como um professor de filosofia, um bacharel no cargo de juiz de fora, entre outros, que estavam no seio da administração pública⁶³. Havia, por parte de alguns representantes da política local, uma clara oposição ao Gabinete liderado por Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, empossado no Rio de Janeiro após a deposição dos Andradas. O receio era que houvesse uma tentativa de recolonização, dessa vez partindo da capital do império.

Algumas vilas da Paraíba repudiaram o ato de dissolução da Assembléia e se declararam contrárias ao governo central, como foi o caso de Itabaiana, Pilar, São Miguel, Nova da Rainha e Real do Brejo de Areia. Mas outras vilas, que haviam participado ativamente da insurreição de 1817, como Sousa e Pombal, dessa vez, estavam aliadas aos legalistas – que apoiavam o centralismo do Rio de Janeiro –, o que dificultou as comunicações das vilas insurgentes do sertão com o litoral da Paraíba.

Também diferente do que ocorrera em 1817, a capital da Paraíba ficou sob o comando do governo legal do presidente Felipe Neri, vindo de Recife e indicado por decreto imperial de 20 de outubro de 1823. Felipe Neri Ferreira assumiu o cargo em 09 de abril de 1824, tendo como

⁶² *PANDH*, v. XXIII: 13-14.

⁶³ *PANDH*, v. XXIII: VI.

secretário Augusto Xavier de Carvalho⁶⁴, ficando extinta a junta provisória do governo. Estas indicações causaram uma grande desconfiança na população local, que via o presidente como um representante direto dos portugueses, sendo acusado, bem como o seu secretário, Xavier de Carvalho, de lusitanismo.

Esse antilusitanismo é uma clara tentativa de fabricar novos significados de uma “identidade” do *ser* “brasileiro” reforçando a oposição ao *ser* estrangeiro, ao inimigo representado na figura do português. Essa preocupação, com uma simbologia mais concreta, remete à idéia da utopia do Império Brasileiro, e as características da terra de nascimento são usadas para reforçar esse sentimento da criação de uma “identidade”. Para essa construção, era importante repetir o “(...) *amor e a adesão à Causa Nacional* (...)”, nesse momento um sentimento ainda muito forte de pertencimento *a pátria local* (RIBEIRO, 2002: 62-63).

Vale lembrar que, através da lei de 20 de outubro de 1823, as juntas de governos haviam sido abolidas e substituídas por presidentes provinciais nomeados pelo Imperador. Esta lei interferia diretamente com os governos locais representativos, na medida em que retirava o poder das elites locais e o substituída por representantes do governo central.

Com a nomeação e posse de Felipe Neri, começaram a estourar como rastilho de pólvora, as falas contrárias à nomeação do presidente. Em uma proclamação dirigida aos soldados, o tenente Manoel Virgínio da Silva alertava para o fato de que Felipe Neri era um homem “malvado”, que iria escravizar todos os habitantes da Província. Para o tenente, era preciso ter cuidado, pois Neri era um típico representante do Ministério do Rio, que o indicara “(...) *por conhecer nelle uma decidida afeição aos europeos e um aborrecimento total ao nosso Sistema Constitucional Liberal*”. Outra questão, que preocupava o militar, estava relacionada às notícias de que, em breve, todos os soldados “brasileiros” poderiam ser substituídos por batalhões de soldados portugueses.

A preocupação dos militares era resguardar os seus postos, pois temiam que, com os portugueses no poder, provavelmente, fossem substituídos e “escravizados” pelo Ministério do Rio, sob as ordens do presidente nomeado Felipe Neri, “esta víbora” que estava no cargo para “(...) *dilacerar as entranhas*

⁶⁴ Advogado português Xavier de Carvalho era pai de Peregrino de Carvalho (considerado herói de 1817), e tem uma trajetória de ascensão política sobrevivendo a várias conjunturas.

dos bons Parahibanos”. Na visão do tenente, Neri só trouxera prejuízos para a província, quando, por exemplo, mandou bloquear o comércio com a vila de Goiana. Esta atitude foi considerada muito grave, pois não comercializar com Pernambuco significava um grande prejuízo. Esse conflito com os poderosos locais só piorou a situação do presidente.

Considerado um herói por seus contemporâneos, por ter tido a coragem de lançar uma proclamação contrária as ordens vindas do Rio de Janeiro, o tenente Manoel Virgínio da Silva foi assim descrito:

[...] um herói reconhecido da liberdade que teve a glória de rebater toda a soberba dos Neristas, e morrer a falsa fé nas mãos dos fingidos Francas, e dos falsários Estevãos, que pedindo-lhe a paz o chamão a seus braços, para o assassinarem, porque vião de outra sorte e não poderem vencer. Ah! Pérfidos!!! A sinceridade sempre foi o caracter dos verdadeiros leberaes, e o fingimento, o maior indício dos corcundas⁶⁵.

Na citação, o frei Antônio das Mercês tece ferrenhas críticas ao presidente Felipe Neri, ao coronel Estevão Carneiro da Cunha e a alguns membros da família Monteiro da Franca, todos eram ex-insurretos de 1817. Portanto, homens que, nas palavras do frei: se fingiram de liberais, mas que na verdade eram os traidores e verdadeiros corcundas, ou seja, legalistas.

Após tomar posse, uma das primeiras medidas de Felipe Neri foi à convocação dos eleitores, através das Câmaras, para elegerem um Conselho que faria parte do governo. No dia 26 de março de 1824, foi criado um decreto regulando as novas eleições dos deputados e senadores da Assembléia Geral Legislativa do Império e dos membros dos Conselhos gerais das províncias.

⁶⁵ Ao final do documento, consta uma nota do frei Antônio das Mercês, que também teve uma participação ativa em 1824, chamando a atenção sobre a atitude heróica do tenente. Em outro exemplar da mesma proclamação, há mais referências da morte do tenente (no confronto de 24 de maio de 1824). *PANDH*, v.XXIII: 113-114.

Algumas vilas da Paraíba (Nova da Rainha e Real do Brejo de Areia) não atenderam ao chamado, alegando não reconhecerem como legal o governo de Neri. Para responder à solicitação, a vila Real do Brejo de Areia reuniu, no dia 03 de abril, em uma grande vereação, os eleitores paroquiais “cidadãos de todas as classes e convidados” que decidiram não aceitarem um presidente indicado por um Imperador que, arbitrariamente, dissolvera a Assembléia, uma instituição soberana. A decisão tomada foi

[...] que não deve asseitar para maior emprego a um homem [*sobre*] quem recae o maior descontentamento dos homens livres, que espantados com a dissolução da Assembléia desconfiã de tudo que vem do Rio de Janeiro [...]. E, portanto, não cumpriam as ordens enviadas⁶⁶.

A sugestão era para que se convocasse o colégio eleitoral e se procedesse à eleição para os cargos de presidente e secretário da província, só assim o Senado da vila Real do Brejo de Areia reconheceria como legítimo o governo (MONTEIRO, 1922: 41)⁶⁷. As Câmaras das vilas de Pilar e Nova da Rainha concordaram com o argumento e apoiaram o manifesto, seguindo o exemplo em suas respectivas localidades para evitar que “(...) o Povo sofresse de novo os ferros que ontem lograrão dos pulsos (...)”⁶⁸. A não aceitação das Câmaras, em atender a uma ordem do governo, foi vista, pelo governo legalista, como um ato de desacato.

Os membros das Câmaras, citadas anteriormente, eram contrários a uma nova eleição para deputados, tendo em vista que os representantes eleitos não haviam concluído os seus mandatos,

⁶⁶ Grande Conselho – Villa do Brejo d’ Área, termo de Grande Sessão do Senado, Eleitores e Cidadãos, em 03 de abril de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 31-33.

⁶⁷ Idem, p.31. Ver também, o artigo de J. C. Carneiro Monteiro, sobre “A Parahiba na Revolução de 1824”, publicado na *RIHGP*, v.3. 1922: 41.

⁶⁸ Termo de vereação extraordinária da vila Nova da Rainha, em 22 de abril de 1824. *PANDH*. V. XXIII: 45-46.

bem como consideravam ilegal a dissolução da Constituinte. A decisão era a de que “(...) o Povo se opunha inteiramente a posse do presidente (...) por ser filial no plano do absolutismo que se intentava levar a execução do Império, e porque não gozava da simpatia dos parahibanos livres” (BRANDÃO, 1924:298). Ainda sobre a nomeação do presidente, o senado da Câmara da vila Nova da Rainha reuniu-se em 22 de abril e declarou que os nomeados eram “suspeitos de lusitanismo” e, por isto, não seriam aceitos como governantes. Esta resolução foi enviada às demais Câmaras da Paraíba.

Em Areia, realizou-se, no dia 03 de maio, uma vereação com a presença das camadas mais abastadas daquela localidade. Na ata da Câmara, constam as assinaturas dos participantes da reunião, percebendo-se uma grande presença de comerciantes, proprietários de terras e oficiais de milícias. Ou seja, os grupos familiares mais ricos faziam parte das vozes que falavam de forma contrária e que não aceitavam a dissolução da Constituinte, muito menos a nomeação do novo presidente. São redes familiares que “(...) representavam importante fonte de capital político” (GRAHAM, 1997:35).

Na solicitação do envio de representantes para se proceder a uma nova eleição para a Assembléia, os membros do Senado decidiram que não havia sentido escolher novos representantes, pois discordavam do ato do Imperador em dissolver a Constituinte. Portanto, a representação dos areienses se opunha inteiramente à posse de Neri e do ex-deputado Xavier de Carvalho, como secretário. A elite dirigente mostrou a sua indignação. Ao final do documento, alertava a todos para que “(...) desconfiem de tudo que vem do Rio de Janeiro (...)”, e sugeria que fossem feitas eleições para os cargos de presidente e secretário⁶⁹.

No dia 05 de maio, em uma nova reunião, o Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, um dos representantes da elite da região do Brejo, foi eleito presidente temporário da província e tomou posse dois dias depois⁷⁰. Com o reconhecimento das Câmaras já citadas, e mais a de São João do Cariri, Felix Antônio formava um governo paralelo ao legalista, e contrário às ordens vindas do Rio de Janeiro. O novo governo foi reconhecido pelos senados das Câmaras

⁶⁹ Ata do termo de vereação da vila de Areia, em 03 de maio de 1824,. PAN/DH. v. XXIII: 31-39.

⁷⁰ Faziam parte da composição do governo temporário o padre José Gonçalves Ourique, como secretário, e os conselheiros: o deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, o Capitão Antônio Luiz Pereira, o sargento-mor João de Albuquerque Maranhão Júnior, o capitão Joaquim Moreira da Silva e o padre João Rodrigues de Sá (BRANDÃO, 1924: 299).

das vilas do Brejo de Areia, do Pilar, Nova da Rainha, Itabaiana, Pilar, Guarabira, Mamanguape e São João do Cariri, estabelecendo, dessa forma, a dualidade do governo provincial, ficando o governo “rebelde” sediado em Areia.

Era uma atitude diferente daquilo que acontecera em 1817. Naquele ano, o movimento de contestação política eclodiu primeiro nas vilas da mata sul, limítrofes com Pernambuco, em Itabaiana e Pilar; já em 1824, a criação do governo provisório, a divulgação das notícias e a propaganda tiveram início na região conhecida hoje como o brejo da Paraíba, e somente depois as notícias chegaram à capital.

Qual a explicação para a mudança de orientação, na eclosão e divulgação de um movimento contrário às ordens que chegavam do Rio de Janeiro? Segundo João Alcides Pereira Cavalcanti, que organizou o XXIII livro das Publicações do Arquivo Nacional, especificamente sobre 1824 na Paraíba, o movimento de contestação ao centralismo eclodiu primeiro nesta localidade por dois motivos, a relevância da vila de Areia nas relações comerciais bem como o poder das relações familiares.

Quanto às relações econômicas, a vila de Areia era o núcleo comercial e agrícola de maior representatividade da região conhecida como planalto da Borborema. Com uma produção agrícola diversificada, Areia se destacava no fabrico do açúcar, nos engenhos e nas fazendas de algodão, produtos que eram exportados para o comércio de Goiana e Recife (ALMEIDA, 1997:47-48)⁷¹.

Articuladas a esta economia, estavam às relações de poder das famílias areienses, muitas das quais tinham origem pernambucana e continuavam mantendo relações políticas e econômicas com seus parentes (como foi visto na solicitação, em 1817, de Felix Antônio, para liberar a saída do açúcar e o algodão pelos portos de Pernambuco). Como centro de uma aristocracia agrária, Areia cultivava a cana-de-açúcar nas regiões da serra da Borborema; já a criação de gado e a

⁷¹ Em 1817, Félix Antônio enviou uma carta, como representante dos comerciantes de algodão e açúcar da vila de Pilar (local onde nasceu), a D. João VI, solicitando a dispensa da obrigatoriedade de exportarem os seus produtos pelo porto da capital. Segundo os negociantes, era muito mais lucrativo enviar os produtos para Pernambuco, onde encontrariam melhores preços. Mas com a intervenção do governador, Tomaz de Souza Mafra, os comerciantes não foram atendidos. Após esse acontecimento, e com as perseguições dos *realistas* aos seus parentes, na repressão de 1817, Felix Antônio resolveu sair de Pilar e fixar residência na vila Real do Brejo de Areia. Nessa vila, casou-se com a filha do Capitão-mor, Bartolomeu da Costa Pereira, homem rico e de prestígio, formando alianças com o casamento.

plantação do algodão, como produtos que auxiliavam o comércio, estavam situadas nas caatingas próximas às ribeiras do Curimataú (MARIANO, 2005). O governo provisório era formado por homens que mantinham contato com Paes de Andrade⁷².

O governo da Paraíba ao perceber os vínculos da vila de Areia com Recife, no período em que a vila se negou a apoiar o presidente Neri, mandou, de imediato, interceptar os correios. A interceptação das correspondências entre as demais províncias foi uma prática comum, usada como estratégia para evitar a troca de informações: o correio que saía de Aracati (Ceará), por exemplo, também foi detido e apreendido tudo que era enviado a Pernambuco⁷³.

Hipoteticamente, outro tipo de argumento que pode ser usado para explicar o predomínio da vila de Areia, é o fato de ficar distante da capital e, portanto, das tropas legalistas que bloqueavam Pernambuco. Estando isolada, era mais fácil articular uma oposição às ordens vindas do Rio de Janeiro. As vilas da mata sul, também continuavam lutando por uma autonomia, porém com mais cautela, pois o medo da contra-revolução de 1817 ainda permanecia vivo na memória dos *patriotas*.

Nesse ínterim, as notícias do interior chegavam à capital da Paraíba. Temendo um tumulto maior, o presidente Felipe Neri convocou uma reunião no palácio do governo, com todos os representantes do poder provincial, na qual estavam presentes o Comandante das Armas, os Comandantes dos Corpos militares de 1ª e 2ª linhas, o Ouvidor, os representantes do Senado da Câmara da capital, a Junta da Fazenda, o Juiz da Alfândega, o pároco da freguesia, o Clero regular e o Comandante das Ordenanças. Estavam todos reunidos para decidirem quais as medidas cabíveis para “(...) *garantir a tranqüilidade pública*”. Ficou acordado que haveria um Conselho para negociar com as vilas consideradas “rebeldes” (Areia e Vila Nova da Rainha), sendo eleitos,

⁷² Manuel de Carvalho Paes de Andrade, antigo insurreto de 1817, fora eleito presidente da Junta governativa da Província de Pernambuco, mas D. Pedro tinha nomeado Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo, para presidente daquela província, uma decisão que fora vista como autoritária e despótica gerando o rompimento da mesma com o governo central.

⁷³ Ofício de Felipe Neri Ferreira, Presidente da Província, a João Severiano Maciel da Costa, Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios do Império, da Parahyba do Norte, *PANDH*, v.XXIII: 111.

para essa função, o Coronel Estevão Carneiro da Cunha⁷⁴, com 35 votos, e o capitão Joaquim Batista Avundano, com 17 votos⁷⁵.

Os representantes do Conselho partiram no dia 05 de maio para o interior, e no dia seguinte, enviaram um ofício, da vila de Pilar, comunicando que os adversários não haviam aceitado dialogar com Neri, e só negociariam após a deposição do governo. Com essa recusa, o presidente enviou forças armadas, sob o comando de Estevão Carneiro da Cunha. Com a chegada do destacamento à vila de Pilar, muitas famílias fugiram apavoradas, refugiando-se nos sítios, enquanto alguns homens, que não viam com bons olhos a indicação de Neri, saíram da vila para se alistar no exército “revolucionário” (MONTEIRO, 1911: 48).

Como foi visto, o centro divulgador das idéias revolucionárias em 1824 era a vila de Areia, as famílias poderosas das regiões da Borborema e do Curimataú, que comercializavam em Areia, eram senhores de engenho, criadores de gado, produtores de algodão e comerciantes, que vendiam seus produtos diretamente para o Recife e para as feiras de gado de Igarassú e Goiana.

Com esse intercâmbio comercial, ficara fácil semear as idéias “revolucionárias”, já que as novidades seguiam o caminho das transações comerciais. De Areia, a notícia se alastrou até Vila Nova da Rainha, local de passagem para aqueles que vinham do interior para comercializarem seus produtos nas feiras de Pernambuco. As idéias contrárias à nomeação de Neri, e ao governo central, chegaram até a vila de São João do Cariri, que aderiu ao movimento juntamente com outras vilas do sertão paraibano⁷⁶. Uma das dificuldades que os dois grupos enfrentavam, além das adversidades do clima, como a seca que trazia a fome, era a interceptação dos animais transportados do Ceará para Pernambuco pelos legalistas. Era uma medida usada como estratégia dos *corcundas*, que temiam o uso desses comboios como correios dos *pés raspados* (denominação dada aos insurretos) (Monteiro, 1911: 41-58)⁷⁷.

⁷⁴ Carneiro da Cunha continuará como um dos líderes políticos da província, representando a Paraíba no Senado, em 1826.

⁷⁵ Essa reunião foi no dia 03 de maio e contou com a assinatura de 38 pessoas, e que consta no documento nº 5 das *PANDH*, v. XXIII: 49-51.

⁷⁶ *PANDH*, v. XXIII: V.

⁷⁷ Os legalistas eram chamados de *corcundas*. *RIHGP*, v. 3, 1911: 41-58. Conferência realizada na

Na capital, a animosidade no meio militar era visível. No dia 10 de maio, com a saída das tropas para o interior e as notícias sobre a formação de um governo temporário mais “liberal”, houve uma tentativa de levante nos quartéis, imediatamente sufocado. Outro motivo de tensão entre os militares era a notícia sobre a chegada de navios vindos diretamente de Portugal, e que estariam atracando no litoral da província para recolonizar o Brasil. Os boatos não paravam de chegar e, em outra ocasião, dava-se a notícia, como certa, de que havia tropas armadas na vizinha vila de Goiana preparadas para atacarem a capital e derrubarem o governo designado pelo Imperador.

Era uma guerra psicológica de informações, que durou até o mês de agosto. Algumas dessas informações eram confirmadas por governantes locais, esse foi o caso do Capitão-mor dos índios de Alhandra: o capitão enviou um ofício reforçando a notícia do ataque dos goianenses à capital da Paraíba. Havia, ainda, uma solicitação de reforços para defesa: essa ajuda seguiu para Mata Redonda, sob o comando do Sargento-mor Teodoro de Macedo Sodré, local onde acampou com suas tropas.

Nesse ínterim, havia uma troca constante de ofícios entre os dois lados, pois era o meio mais fácil, e oficial, de manter relações diplomáticas. Uma das solicitações partiu de Serrinha, onde estavam acampados os oficiais do 6º e 16º batalhões de Milícias de Pernambuco. O documento, assinado pelo Tenente Coronel Antônio de Albuquerque Melo Montenegro, e dirigido ao Coronel Estevão Carneiro da Cunha, confirmava o apoio e reconhecia como legítimo o governo temporário instalado em Areia. No ofício, solicitava a soltura de “liberaes” presos sob as ordens de Cunha.

Montenegro pedia a liberdade dos presos, que eram apenas “escravos”, estes cumpriam ordens de seus senhores, pois os mesmos “(...) são Liberaes Constitucionaes, que de certo se achão no maior perigo de serem víctmas de um punhado de assassinos perturbadores da Ordem, e destruidores do Sistema Constitucional (...)”. Alertava para o perigo da “Pátria” se tornar escrava do Ministério do Rio de Janeiro, isto porque o comandante Taylor estava bloqueando os portos de Pernambuco e dava ordens, ao presidente da Paraíba, para acompanhá-lo. Mais uma vez, o medo de uma possível

cidade de Itabaiana pelo Sr. J. C. Carneiro Monteiro, em 24 de maio de 1911.

recolonização vinha à tona, com homens que eram considerados “(...) inimigos da liberdade e da sua Pátria, e sectários do Sistema de recolonização do Brazil (...)”⁷⁸.

Nesse contexto, ser recolonizado significava perder a “liberdade” e o prestígio para as lideranças que estavam no Rio de Janeiro, como já estava acontecendo com o ato da nomeação do presidente, o qual representava, para as elites paraibanas, a diminuição de seu poder local, e o início de um processo de “escravização” ao poder central.

Em resposta, Carneiro da Cunha enviou um ofício ao Tenente Coronel Montenegro, com a justificativa de que não poderia liberar os presos sob sua custódia, pois cumpria ordens e tinha que zelar pelo posto que ocupava. Argumentava que não compactuava com “*Brasileiros fazendo guerra uns com os outros (...)*”, até mesmo homens que “*(...) se voltem com a capa do liberalismo quando não há muito tempo forão perseguidores de seus próprios, amigos e parentes (...)*”. Portanto, só o seu superior, o próprio presidente, poderia ordenar a soltura dos dois homens. A sugestão era de que os mesmos deveriam recorrer aos superiores, ou seja, ao Rio de Janeiro, como o fez Pernambuco sobre a situação de Paes de Andrade. E o Coronel Carneiro da Cunha perguntava: “*(...) o Brejo de Areia não deveria fazer o mesmo? Já recorreu ao chefe da Nação?*” Ele mesmo responde: “*(...) creio que não, e nem me consta que o fizesse*”⁷⁹.

Mesmo com as ameaças do Coronel Montenegro, e considerando que a tropa estacionada em Serrinha era superior à dele, os presos não foram libertados. O Coronel Carneiro da Cunha solicitara mais reforços com a alegação de que as Ordenanças não estavam bem armadas: “*(...) algumas vinhão até de cacete e, portanto, forão dispensadas (...)*”, e lembrava que a vila de Pilar era aliada ao “*(...) partido do Brejo, e por isso não se pode contar com toda ella em fidelidade*”. Com essa ameaça, as estradas foram vigiadas para evitar que os “revolucionários” se comunicassem, e as ordens eram para interceptar qualquer correspondência⁸⁰.

⁷⁸ PANDH, v. XXIII: 63. (12 de maio de 1824).

⁷⁹ Ofício do Coronel Estevão José Carneiro da Cunha ao Tenente-Coronel Antonio de Albuquerque Melo Montenegro, da Villa do Pilar em 18 de maio de 1824. PANDH: 74-75.

⁸⁰ Ofício do Coronel Estevão Carneiro da Cunha e do Capitão-mor João Batista Rego Cavalcante ao Presidente da Província Felipe Neri Ferreira, da villa do Pilar, às 11 horas e $\frac{3}{4}$ da noite, em 18 de maio de 1824, PANDH: 61-62.

Ao ficar sabendo das últimas notícias e temendo um ataque para libertar os presos, o presidente ordenara que os mesmos fossem remetidos à capital, principalmente depois de tomar conhecimento de que muitos soldados estavam desertando⁸¹.

Nessa mesma data, 18 de maio, foi lançada na vila de Goiana uma proclamação aos soldados paraibanos para se manterem firmes, pois até mesmo as mulheres queriam seguir o exemplo dos insurretos da vila de Areia. Segundo João Barboza Cordeiro, que assina o documento, em Goiana: “(...) até os bellos indivíduos do delicado sexo, quaes outras guerreiras espartanas, desejão marchar com a espada em punho a nosso favor”. Confirmava o total apoio de Pernambuco ao governo temporário, e, se a província precisasse de reforços, eles se prontificariam a ajudar com “(...) cassadores de 1^a e 2^a linhas, artilheiros, bocas de fogo [canhão], munições, armamentos e dinheiro (...)”⁸². Em seguida, alertava os “liberaes da Parahiba” para o perigo que vinha do Rio de Janeiro:

Liberaes da Parahiba! Não os illudais: os negócios do Sul vão muito bem; se o contrário vos dizem he mentira. Quando esse Bachá [numa referência a Felipe Neri] vos prohibio o correio público, foi para reduzir a vossa capital ao miserável estado de um presídio feichado, afim de melhor vos aterrar por meio de notícias falsas [...] ⁸³.

Transparece nos discursos um antagonismo entre o Sul e o Norte, rótulos que na verdade, encobriam o confronto entre centralistas e autonomistas, embora não houvesse homogeneização política em nenhuma das partes. Uma preocupação constante era com a defesa contra o inimigo maior, representado pelo poder central do Rio de Janeiro, o qual, a todo o momento, ameaçava as províncias do Norte. Nesse contexto, o Imperador é visto como uma figura “amabilíssima”, de “bom coração” e

⁸¹ Palácio do Governo da Província em 18 de maio de 1824. *PANDH*: 76.

⁸² Proclamação aos Liberaes da Parahiba, lançada por João Barboza Cordeiro. Goiana, em 18 de maio de 1824. *PANDH*, v.XXIII: 129-130

⁸³ Idem.

até “ingênuo”, por se deixar enganar pelos seus algozes, os poderosos do Rio e “malvados” portugueses.

Este tom de alerta, de preocupação com as atitudes vindas do Rio, também eram vistas em outras províncias. Só para citar um exemplo: em um ofício enviado por Tristão de Araripe Alencar, presidente temporário do Ceará, a Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente do governo de Pernambuco, aquele dirigente alertava para que não deveriam “(...) *mais sofrer com os enganos, e para melhor dizer, o descaramento do Gabinete do Rio de Janeiro. Quis levar-nos como escravos, aos ferros do Despotismo (...)*”⁸⁴.

A repressão àqueles contrários às ordens do Rio de Janeiro viera sob o comando de John Taylor, a bordo da Fragata *Nitheroy*. O comandante enviou uma carta ao governo da Paraíba para que tomasse todas as medidas de prevenção nas divisas de Pernambuco, pois havia recebido notícias de que Manoel de Carvalho Paes de Andrade se preparava para atacar a província vizinha. Havia, ainda, uma solicitação para que Neri ficasse encarregado de avisar as províncias limítrofes e que fizesse “(...) *remeter imediatamente para meo bordo todos os Carvalhistas que tiver prezo, e for prendendo*”⁸⁵.

Alguns dias após o aviso, Felipe Neri solicitou cem homens das tropas do Rio Grande do Norte, “com a maior urgência”, formando um destacamento em “Ligeiras Patrulhas”, para marchar mais rápido contra o cerco das tropas de Pernambuco. O pedido foi reiterado dois dias depois; Neri requisitava, ainda, que os homens alojados em Mamanguape marchassem direto para a vila de Pilar, ficando sob as ordens do Coronel da Primeira Linha Estevão Carneiro da Cunha⁸⁶.

Os discursos presentes nas correspondências entre o presidente temporário, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, e Estevão Carneiro da Cunha, são bem interessantes e representativos. Nas correspondências, Félix Antônio pergunta se Carneiro da Cunha não se sentia mal em apoiar “um presidente da facção européia” (Neri), e que o mesmo deveria reconhecer como legítimo o seu

⁸⁴ Ofício enviado por Tristão de Araripe Alencar ao presidente da província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 30 de abril de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 131-132.

⁸⁵ Ofício do Comandante da Divisão João Taylor ao Presidente da província da Parahyba, de bordo da Fragata *Nitheroy*, em maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 22.

⁸⁶ Idem, nos dias 21 e 23 de maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 23-4.

governo, para evitar um confronto armado, tendo em vista que se “(...) *acha postado nesta povoação de Itabaiana com mil e quinhentas baionetas, não contando as ordenanças, as tropas auxiliares de Pernambuco e parte da artilharia que ocupam presentemente os pontos de Alhandra e Serrinha* (...)”⁸⁷. Mesmo com a exposição de todo esse poderio bélico, a ameaça não surtiu efeito: Carneiro da Cunha respondeu que não reconhecia dois governos na província, e estava sob o comando de um governo nomeado por lei (de 20 de outubro de 1823).

Félix Antônio respondeu que não conseguia entender como um homem que havia lutado pela república em 1817, estivesse ali por obediência e subordinação militar. Os diálogos continuaram com os seguintes questionamentos:

Pernambuco, Alagoas, Ciará e Parahiba mesmo já não ganharão aplauzo, e glória, quando derribarão os Regos, os Povoas, os Palmas, os Rubins e os Rosados, Baxás delegados de hum Governo Despótico? Se outra hora esses Colossos cahirão por terra ao potente grito de um Povo ainda escravo, que desejava ser livre, hoje hum Povo livre, que não quer ser escravo, não pode repelir a hum presidente, que o quer governar por maneiras opostas o qual sua M.I e C. nos tem prometido? Lançar fora Felipe Neri (...) que tem reduzido a nossa capital em hum prezidio feixado; que proibio o correio público para se não lerem mais gazetas, impressos, cartas (...). E quererá V. S^a. empenhar o seu brio, denodo, e honra militar para defender esse monstro? Nunca pensei que querendo V. S^a. em 1817 ser Republicano, hoje queria ser escravo?⁸⁸.

⁸⁷ Ofício enviado de Itabaiana em 21 de maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII, p. 78.

⁸⁸ Ofício de Felix Antonio Ferreira de Albuquerque, Presidente do Governo Temporário da Província, ao Coronel Estevão Carneiro da Cunha, Comandante da Força Pacificadora, Itabaiana, em 22 de maio de 1824. *PAN/DH*, v. XXIII: 80-82.

Ser *escravo* significava continuar apoiando um governo nomeado pelo Imperador, em um ato considerado de puro despotismo. Félix Antônio relembra os momentos do líder Carneiro da Cunha em 1817, quando lutava por um governo republicano e o adverte: não é tão “(...) *extremoso ou tão inconsequente* (...)”, que eles (o governo provisório) não queriam ser republicanos, tão pouco escravos, mas “(...) *queremos sim reclamar pelos nossos direitos invadidos* (...)” com a nomeação do presidente Neri⁸⁹. Percebe-se pelo argumento de Félix Antônio que a grande reclamação era com a nomeação de um “estrangeiro”, os poderosos da Paraíba tiveram os seus “direitos invadidos”, ou seja, haviam sido ameaçados no exercício de seu poder local. Pois não era tão “extremoso”, nem “inconseqüente” como Carneiro da Cunha o fora em 1817, quando lutava por uma república.

O quartel dos “revolucionários”, estes também chamados de *pés-raspados*, estava localizado na vila de Itabaiana, onde se juntaram, desde o dia 20 de maio, cerca de 1500 homens, para lutarem contra as forças legalistas (ou *corcundas*), que estavam estacionadas na vila de Pilar. As ordens vindas da capital eram para que as tropas se deslocassem para Itabaiana e atacassem os “revoltosos”. Quatro dias depois se deu o confronto mais sangrento.

Há duas versões para o confronto do dia 24 de maio em Itabaiana. Para o governo legalista, a tropa da capital entrou na vila de Itabaiana para desalojar os “(...) *facciosos que cometiam todos os crimes na vila*”. Quando um oficial da tropa do governo foi preso, “(...) *e soffreu cruel tratamento* (...)”, imediatamente teve início o tiroteio,

[...] e travando uma luta encarniçada, que durou quatro horas em fogo vivo, afinal terminou com vantagem nossa [diz Felipe Neri]; mas não sem perda alguma de gente, e bastante feridos, fugindo os facciosos depois de deixarem muitos mortos, e feridos sobre o campo, e cento e trinta prisioneiros, que ficão nas prizões desta capital⁹⁰.

⁸⁹ PANDH, v. XXIII: 80-82.

⁹⁰ Ofício enviado pelo presidente Felipe Neri ao governo central no Rio de Janeiro em 18 de junho. Idem, p.57-8.

Na narrativa do presidente Neri, ao final do combate, a vantagem da vitória teria sido do seu grupo. Reconhece as perdas, entre mortos e feridos, bem como o auxílio que o grupo oposto havia recebido de Pernambuco, de “(...) tropas, munições de guerra, e de boca e mesmo dinheiro (...)”⁹¹.

Para o governo temporário, a história foi diferente. Segundo esta versão, a tropa e o Conselho do seu governo foram “atraídos” na vila de Itabaiana, mas a sua tropa “(...) resistiu com valor e coragem fazendo recuar para este ponto as tropas contrárias com grande perda de gente inimiga, além de muitos feridos”. E, ainda, que

[...] os inimigos sofrerão da nossa força hum grande estrago e considerável perda de gente, além dos muitos que em carros, e redes descirão para a Parahiba [capital] elles fugirão atarantados, levando-nos a vantagem de haverem aprisionado vários dos nossos, que por ignorantes, e descuidados se desviarão do ponto de nossa reunião⁹².

Segundo o presidente temporário, a quantidade de presos remetidos à capital, se deu pela “ignorância” e, até mesmo, “descuido” dos soldados, e não por falta de comando. Depois do combate os antilegalistas seguiram para Serrinha, local em que se reuniram com o grupo do 1º batalhão de Caçadores de Pernambuco. De volta à vila de Itabaiana, perceberam que “(...) os inimigos, atemorizados fugirão de cabeça abaixo para a cidade, levando a vantagem de terem aprisionado alguns dos nossos, que por inespertos se desviarão do ponto da reunião na ocasião do combate”⁹³.

⁹¹ Representação do Presidente do Governo da Parahiba do Norte as Autoridades Constituídas do governo de Pernambuco, em 26 de maio. *PANDH*, v.XXIII:165.

⁹² Ofício enviado por Félix Antônio, da vila do Pilar, a Manoel Ramos, Capitão-mor das Ordenanças da vila de Monte-Mor em 01 de junho. *PANDH*, v.XXIII: 151.

⁹³ Idem.

O combate teria durado quatro horas e meia, e cada um dos grupos se considerava vencedor. O tiroteio começou às nove horas “com o maior encarniçamento de ambos os lados”. Segundo o frei Caneca, foram os legalistas os primeiros a levantar os lenços brancos e pedir a paz e, depois de um intenso vai e vem de balas, suspendeu-se o fogo de ambos os lados. Só às quatro horas da tarde, as pessoas puderam contar os mortos e feridos, e cada vez que encontravam, entre os mortos, um parente ou amigo, o choro ecoava no “(...) *anfiteatro manchado de sangue no campo cheio de cadáveres*” (CANECA, 2001: 460).

Ainda segundo Caneca, foram mortos 113 combatentes, sendo 23 “liberais” e 90 “servis” que, na maioria, faziam parte da tropa de Caçadores de primeira linha. Nos relatos, consta que 130 homens foram presos. Os feridos, cerca de 14, foram levados em redes, “(...) *que devem ser pessoas principais*” (Idem, ibidem: 460-1), para a capital. Há documentos de solicitação de cirurgiões para tratar dos soldados, como foi o caso de Carlos Borges, soldado de milícia, ferido no braço direito e que, por falta de atendimentos adequados, ficou aleijado⁹⁴. A conclusão a que se chega, é de que ambas as partes tiveram perdas. Infelizmente o número exato, de mortos e feridos, não foi assimilado em outros documentos, sendo Frei Caneca o único a trazer essa informação.

Para Amaro Quintas, o choque entre os dois grupos “(...) *foi o maior combate já havido em solo paraibano*” (QUINTAS, 1985). Considera, ainda, que o resultado foi indeciso, porém, com a tomada do quartel-general dos governistas, em Pilar, o grupo dos “rebeldes” tinha conseguido melhor sucesso (Idem, ibidem: 233).

Com a grande quantidade de baixas, de mortos e feridos, os legalistas voltaram à capital, levando os prisioneiros. Eles precisavam solicitar mais pessoas para as forças armadas, principalmente com a ameaça de ataque que vinha de Goiana. As prisões estavam lotadas e não havia um ministro encarregado de elaborar os processos. Temendo o ataque à capital, Felipe Neri mandou recolher os cofres públicos à fortaleza de Cabedelo, ordem duramente criticada pelo governo temporário, que

⁹⁴ Ofício recebido pelo Governo Central e confirmado em 23 de outubro. DAHEPB/DM, Cx 007.

acusava o presidente de posse indevida dos bens públicos e de “(...) *pretender evadir-se com os Cofres Públicos*”⁹⁵.

As dificuldades em recrutar homens de outras vilas, não envolvidas com os insurretos, se davam, principalmente, porque no interior a situação econômica era grave. A seca que castigava a população, foi um dos motivos alegados, pelo menos é o que consta nos documentos, do impedimento da reunião de eleitores nas Câmaras para deliberarem sobre o envio de eleitores à capital e homens no sentido de fortalecerem as tropas. A situação econômica na Paraíba não era boa. Ao escrever congratulando-se com o novo presidente do Rio Grande do Norte, Thomas de Araújo Pereira, Felipe Neri fez uma solicitação do envio, pela estrada de Mamanguape, de alguns bois, pois, na província, especificamente na cidade, havia uma falta “(...) *quase absoluta de carne verde*”⁹⁶.

Aliás, uma das solicitações presentes em vários documentos do presidente Felipe Neri era o envio de alimentos para as tropas e para a população da província, que passava fome. O pedido de ajuda fora enviado para as províncias vizinhas. Em Natal, o governo local se comprometera em enviar algumas cabeças de gado⁹⁷. Em outro documento, enviado ao Ministério da Guerra, o presidente relata o estado crítico da Paraíba, as precárias condições dos militares, com poucas armas para a defesa contra os inimigos que atacavam em diferentes pontos. Para Neri, o mais grave era “(...) *a falta de quase absoluta de todos os víveres (...)*”⁹⁸. Faltava até a alimentação mais básica, a farinha de mandioca. Nestas condições, o presidente enviou ordens expressas para que os militares interceptassem qualquer ajuda de alimentos que viesse do interior para os “tumultuosos”.

Com os portos bloqueados pelas tropas legalistas, aumentava a dificuldade de obtenção de alimentos, armas e munições. Havia poucas munições, a exemplo da pólvora, considerada de péssima

⁹⁵ Ofício nº7 do Governo Provisório enviado de Itabaiana em 23 de maio, ao Comandante das Armas da província Trajano Antonio G. de Medeiros. *PANDH*, v. XXIII: 84.

⁹⁶ Ofício do Presidente da Província da Parahyba do Norte Felipe Neri Ferreira ao Presidente da Província do Rio Grande do Norte Thomaz de Araújo Pereira, em 18 de maio de 1824, *PANDH*, v. XXIII: 21.

⁹⁷ Nesta solicitação, a Paraíba pediu ao governo do Rio Grande do Norte o envio de 100 homens para ajudarem na defesa da província, solicitação esta que não foi atendida com o argumento de que o batalhão local já estava reduzido, contando apenas com 150 soldados. Uma recusa que, depois, vai gerar um desconforto entre as duas províncias. *PANDH*, v. XXIII: 211.

⁹⁸ Ofício nº4, enviado no dia 19 de junho de 1824. *PANDH*, v. XXIII.

qualidade, “(...) *he bastante ordinária por está muito úmida*”⁹⁹. A situação era tão grave que até mesmo um dos comandantes do bloqueio legalista pediu ajuda à capital da Paraíba para socorrer suas forças através de recursos da Fazenda, enviando carne fresca, 600 armas de infantaria, 40 arrobas de chumbo em bala e 300 pederneiras¹⁰⁰.

Entre os insurretos, o objetivo era “(...) *sustentar o formidável Edifício da nossa Independência*”¹⁰¹. Nesse mesmo período, mês de junho, em decorrência de um decreto imperial de 24 de abril, estavam anistiados e perdoados aqueles considerados desertores do exército, bem como os “revoltosos” que quisessem se entregar. Essa era uma das medidas do governo legalista para conseguir braços para lutar contra os “revoltosos”, tendo em vista que alguns soldados legalistas estavam desertando¹⁰².

Com a situação se agravando cada vez mais, Felipe Neri reuniu na capital os “homens bons”, representados pelas autoridades civis e militares, para elegerem um conselho que partilhasse com ele das responsabilidades do governo. A eleição se deu numa quinta-feira, dia 1º de julho, no paço da Câmara da cidade. A sessão foi aberta com a leitura de uma proclamação do presidente, que alertava para o fato de que todos deveriam se unir contra Portugal. E, portanto, formar “(...) *hum Conselho de pessoas aptas, e zelozas do bem da Pátria, que interinamente sirva até ser substituído por outro nomeado pela Província que espero firmemente entre agora no dever da Ordem para unidos oppor-nos ao inimigo commun*”¹⁰³. Com a situação se agravando cada vez mais, e a oposição de uma parcela da elite local, o presidente Neri solicitara a sua saída do comando do governo da Paraíba.

Em seu acampamento em Feira Velha, Félix Antônio, presidente do governo temporário, recebeu uma comissão da capital, formada por José Lucas de Souza Rangel, Manoel Florentino Carneiro da

⁹⁹ Ofício nº5, *PANDH*, v. XXIII.

¹⁰⁰ Ofício nº6, *PANDH*, v. XXIII: 147-148.

¹⁰¹ Ofício do governador das Armas da província do Ceará, José Pereira Filgueiras, enviado ao governador das Armas da Paraíba, Ten. Cel. José da Silva, colocando-se a sua disposição para ajudá-lo. Outra solicitação era que as duas províncias se unissem em defesa da pátria. Enviado em 30 de junho de 1824. *DAHEPB/DM*, CX. 007.

¹⁰² Ofício enviado pelo presidente Neri para Carneiro da Cunha Parahiba do Norte em junho de 1824. *PANDH*, v. XXIII.

¹⁰³ Foram eleitos para o Conselho: Francisco Xavier Monteiro da Franca, o sargento-mor Jeronimo Joaquim Rodrigues Chaves, Francisco José Meira, Capitão João Gomes de Almeida, Coronel Estevão José Carneiro da Cunha e Coronel Alexandre Francisco Seixas Machado, que, mais tarde, substituiu Felipe Neri na liderança do governo. *PAN/DH*, v. XXIII: 221.

Cunha (estes dois eram homens influentes, políticos e que participaram ativamente como *patriotas* em 1817) e Mathias Remigio Soares, para negociarem uma possível rendição. Felix Antônio respondeu da seguinte maneira: “(...) *que se achava com força suficiente para entrar na capital, ou com armas na mão ou pacificamente (...)*”, mas com a condição de que Felipe Neri deixasse a província para que ele instalasse um novo governo. Sem esta condição, não desistiria de lutar para “(...) *depor o presidente imperialista*”¹⁰⁴. A ameaça foi abortada com a notícia de que naquele dia, em Recife, se proclamava a Confederação do Equador. O exército, que estava em Feira Velha, ficou na defesa das divisas entre Goiana e Pedras de Fogo.

Nesse período, segundo Glacyra Lazzari Leite, o Governo do Rio de Janeiro, “(...) *no empenho de conseguir um suporte financeiro para garantir a consolidação do Estado Nacional, enveredou primeiramente para o agravamento da sucção de rendas das províncias e, posteriormente, aliou a esse fato o recurso a empréstimos externos*” (LEITE, 1989: 140).

Ao longo do texto, percebe-se que a organização do Estado Nacional, de forma centralizadora, gerou grandes choques entre as lideranças nacionais e locais, bem como a continuidade da mudança do eixo econômico do Norte para Sul, o que implicava uma perda de poder as elites locais do Norte, notadamente na Paraíba, que se sentiam desprestigiadas com as ações do governo do Rio de Janeiro. Principalmente com a nomeação de um presidente de fora para assumir o governo local e com o fechamento da Constituinte, que limitava as possibilidades de participarem das decisões do governo central, o que explica, de certa forma, a reação contrária das elites locais. Um grupo político que pegou em armas para garantir a permanência do *status quo* e a defesa da *pátria local*.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ulysses. **A Confederação do Equador (1824)**. Recife: Oficinas Graphics da Repartição de Publicações Officiaes, 1924.

¹⁰⁴ Ofício enviado pela comissão de negociação a Felipe Neri em 03 de julho. *PANDH*, v. XXIII: 229.



CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.**

Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Coleção Fundadores do Brasil).

CAVALCANTI, Alcides Bezerra (Dir.). A Parahyba na Confederação do Equador. *Publicações do Arquivo Nacional/ Documentos Históricos (PANDH)* v. XXIII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1925.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LEITE, Glacyra Lazzari. **A Confederação do Equador.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana. 1989.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador.** Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824).** Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005.

MONTEIRO, J. C. Carneiro. *A Parahyba na Revolução de 1824, RIHGP.* (v.3), 1911: 40-72.

MEDEIROS, Coriolano de. *De julho a dezembro de 1824, RIHGP.* (v. 6), 1928: 53-56.

QUINTAS, Amaro. **A Revolução de 1817.** 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/FUNDARP, 1985 (1939).

_____. A Agitação Republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) *Brasil Monárquico: o Processo de Emancipação.* História Geral da Civilização Brasileira. v. I Tomo II, 6 ed. São Paulo: Difel, 1985, pp.216-237.

RIBEIRO, Gladys. Pés-de-Chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, 12 (23/24), 1998:141-165.